REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

EMPODERAMENTO ECONÔMICO DE MIGRANTES VENEZUELANAS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO "MUJERES FUERTES"

ECONOMIC EMPOWERMENT OF VENEZUELAN MIGRANT WOMEN IN BRAZIL: A CASE STUDY OF THE "MUJERES FUERTES" PROJECT

EMPODERAMIENTO ECONÓMICO DE MUJERES MIGRANTES VENEZOLANAS EN BRASIL: UN ESTUDIO DE CASO DEL PROYECTO "MUJERES FUERTES"

Antônio Ferreira do Norte Filho
Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
nortefilho@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5946-3291

Ana Letícia Pantoja Melo Costa
Graduanda em Direito, Faculdade Santa Teresa (FST), Brasil
analeticiapantoja@gmail.com
https://orcid.org/0009-0007-8194-0203

Elisa Maria Lucas Botelho
Graduanda em Direito, Faculdade Santa Teresa (FST), Brasil
elisamariabotelho@gmail.com
https://orcid.org/0009-0003-5250-7014

Alzira Melo Costa
Mestre em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Brasil
alzira.costa@mpt.mp.br
https://orcid.org/0009-0005-6533-9050

Resumo

O presente artigo analisa a efetividade do Projeto "Mujeres Fuertes", desenvolvido pela Associação Hermanitos em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 11ª Região (MPT-AM/RR) e, posteriormente, com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A iniciativa tem como foco a qualificação profissional de mulheres migrantes venezuelanas em situação de vulnerabilidade, buscando promover sua autonomia econômica, geração de renda e inserção social e produtiva no Brasil. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica contemplando artigos científicos, livros e teses, bem como análise documental, centrada nos relatórios institucionais do projeto. Esse percurso metodológico permitiu examinar tanto os fundamentos teóricos quanto os resultados práticos da iniciativa. Os resultados indicam que o Projeto "Mujeres Fuertes" alcança resultados consistentes em relação aos objetivos propostos em sua concepção, contribuindo para o fortalecimento das capacidades individuais das participantes e para a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

ampliação de suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Além disso, destaca-se seu papel como instrumento de integração social, ao favorecer o acesso a direitos e oportunidades em contexto migratório. Conclui-se que o projeto se configura como uma estratégia relevante no campo das políticas voltadas ao empoderamento econômico de mulheres migrantes, apresentando potencial de replicabilidade e ampliação. Sua continuidade mostra-se essencial para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a promoção de processos mais inclusivos e sustentáveis de desenvolvimento social.

Palavras-chave: Empoderamento econômico de mulheres; Mulheres migrantes; Migração venezuelana; Integração socioeconômica; Políticas de inclusão social.

Abstract

This article analyzes the effectiveness of the "Mujeres Fuertes" Project, developed by the Hermanitos Association in partnership with the Labor Public Prosecutor's Office of the 11th Region (MPT-AM/RR) and, subsequently, with the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). The initiative focuses on the professional qualification of vulnerable Venezuelan migrant women, seeking to promote their economic autonomy, income generation, and social and productive integration in Brazil. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review encompassing scientific articles, books, and theses, as well as document analysis, centered on the project's institutional reports. This methodological approach allowed for the examination of both the theoretical foundations and the practical results of the initiative. The results indicate that the "Mujeres Fuertes" Project achieves consistent results in relation to the objectives proposed in its conception, contributing to the strengthening of the individual capacities of the participants and to the expansion of their possibilities for insertion into the labor market. Furthermore, its role as an instrument of social integration stands out, as it promotes access to rights and opportunities in a migratory context. It is concluded that the project is a relevant strategy in the field of policies aimed at the economic empowerment of migrant women, showing potential for replicability and expansion. Its continuity is essential for addressing social inequalities and promoting more inclusive and sustainable processes of social development.

Keywords: Economic empowerment of women; Migrant women; Venezuelan migration; Socioeconomic integration; Social inclusion policies.

Resumen

Este artículo analiza la efectividad del Proyecto "Mujeres Fuertes", desarrollado por la Asociación Hermanitos en colaboración con la Fiscalía Pública del Trabajo de la Región XI (MPT-AM/RR) y, posteriormente, con el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). La iniciativa se enfoca en la cualificación profesional de mujeres migrantes venezolanas vulnerables, buscando promover su autonomía económica, generación de ingresos e integración social y productiva en Brasil. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica que abarca artículos científicos, libros y tesis, así como un análisis documental, centrado en los informes institucionales del proyecto. Este enfoque metodológico permitió examinar tanto los fundamentos teóricos como los resultados prácticos de la iniciativa. Los resultados indican que el Proyecto "Mujeres Fuertes" logra resultados consistentes en relación con los objetivos propuestos en su concepción, contribuyendo al fortalecimiento de las capacidades individuales de las participantes y a la ampliación de sus posibilidades de inserción en el mercado laboral. Además, destaca su rol como instrumento de integración social, ya que promueve el acceso a derechos y oportunidades en un contexto migratorio. Se concluye que el proyecto constituye una estrategia relevante en el ámbito de las políticas dirigidas al empoderamiento económico de las mujeres migrantes, demostrando potencial de replicación y expansión. Su continuidad es fundamental para abordar las desigualdades sociales y promover procesos de desarrollo social más inclusivos y sostenibles.

Palabras clave: Empoderamiento económico de las mujeres; Mujeres migrantes; Migración venezolana; Integración socioeconómica; Políticas de inclusión social.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

1 INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios contemporâneos na América Latina têm produzido transformações significativas nas dinâmicas sociais, econômicas e jurídicas dos países de acolhida. Nesse contexto, a migração de pessoas oriundas da Venezuela para o Brasil destaca-se pela intensidade e pelas múltiplas vulnerabilidades que marcam a experiência dessas populações, especialmente no caso das mulheres.

A condição migratória está associada a fatores como desigualdade de gênero, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e acesso limitado a direitos sociais. Esses elementos impõem desafios concretos à construção de trajetórias autônomas e à participação plena na vida econômica e social.

No campo do Direito e da Sociologia, a análise da autonomia econômica de mulheres migrantes envolve a compreensão das estruturas que condicionam o acesso a oportunidades, bem como das estratégias que favorecem sua inclusão produtiva.

A autonomia econômica não se restringe à geração de renda, mas abrange a capacidade de tomar decisões, acessar direitos e participar de forma ativa na sociedade.

Para fins deste estudo, a efetividade é compreendida como a capacidade de uma iniciativa de alcançar seus objetivos propostos, especialmente no que se refere à promoção da autonomia econômica e à inclusão social das participantes, considerando indicadores relacionados à inserção produtiva, geração de renda e acesso a direitos.

Nesse sentido, iniciativas institucionais que articulam qualificação profissional, proteção social e promoção de direitos assumem papel relevante na redução de desigualdades e no fortalecimento das capacidades individuais e coletivas.

A Lei nº 13.445/2017, que institui a Lei de Migração no Brasil, representa um marco normativo na consolidação de uma abordagem orientada pelos direitos humanos no tratamento das mobilidades internacionais.

O diploma legal reconhece o migrante, independentemente de sua nacionalidade ou condição migratória, como sujeito de direitos, assegurando garantias

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

fundamentais e reafirmando princípios como a não discriminação e o enfrentamento à xenofobia no âmbito das políticas públicas.

Além disso, a legislação promove a modernização dos mecanismos de acolhimento, regularização e registro migratório, conferindo maior efetividade à gestão migratória no país.

Destaca-se, ainda, a incorporação de dispositivos específicos voltados à proteção de pessoas em situação de apátrida, ampliando o escopo de proteção jurídica e alinhando o ordenamento brasileiro a compromissos internacionais assumidos no campo dos direitos humanos.

É nesse contexto que se insere o Projeto “Mujeres Fuertes”, desenvolvido pela Associação Hermanitos em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 11ª Região e, posteriormente, com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

A iniciativa dirige-se a mulheres migrantes venezuelanas em situação de vulnerabilidade, propondo ações voltadas à capacitação profissional, à geração de renda e à inclusão social e produtiva no Brasil.

Trata-se de uma intervenção que dialoga diretamente com agendas contemporâneas de direitos humanos, trabalho digno e inclusão social, ao buscar ampliar as possibilidades de inserção dessas mulheres em condições mais justas e sustentáveis.

Nesse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida o Projeto “Mujeres Fuertes” contribui para a promoção da autonomia econômica e para a inclusão social de mulheres migrantes venezuelanas no Brasil, considerando suas estratégias de qualificação profissional e inserção produtiva?

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo analisar a efetividade do Projeto “Mujeres Fuertes”, considerando seus resultados no fortalecimento da autonomia econômica e na promoção da inclusão social das participantes.

Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental dos relatórios institucionais do projeto. Essa estratégia metodológica permite articular referenciais teóricos com a análise de práticas concretas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

potencialidades e dos limites de iniciativas voltadas ao empoderamento econômico de mulheres migrantes.

A relevância do estudo reside na possibilidade de oferecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas e programas sociais direcionados a populações em situação de vulnerabilidade, especialmente no contexto migratório.

Ao examinar uma experiência concreta, busca-se contribuir para o debate acadêmico e institucional acerca da promoção da autonomia econômica como instrumento de inclusão social e de fortalecimento de direitos, destacando a importância de ações integradas e sustentáveis no enfrentamento das desigualdades sociais.

Portanto, a análise proposta permite ampliar a compreensão sobre os impactos de iniciativas voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade, especialmente no contexto migratório.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, orientada pela compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos relacionados à migração, gênero e autonomia econômica.

Essa escolha metodológica permite examinar, de forma interpretativa, os processos envolvidos na implementação e nos resultados do Projeto “Mujeres Fuertes”, considerando suas dimensões sociais, institucionais e jurídicas.

A pesquisa caracteriza-se, quanto aos seus objetivos, como descritiva e analítica, assumindo também caráter exploratório, na medida em que busca aprofundar a compreensão sobre a efetividade de iniciativas voltadas à autonomia econômica de mulheres migrantes venezuelanas. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foram utilizados dois eixos principais de investigação: a revisão bibliográfica e a análise documental.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de fontes acadêmicas relevantes, incluindo artigos científicos, livros e teses que abordam temas como migração internacional, gênero, empoderamento econômico, inclusão social e políticas públicas. Esse levantamento teórico possibilitou a construção do referencial analítico que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

sustenta a discussão proposta, bem como a contextualização do objeto de estudo no campo do Direito e da Sociologia.

A análise documental concentrou-se nos relatórios institucionais do Projeto “Mujeres Fuertes”, os quais constituem a principal fonte empírica da pesquisa. Esses documentos foram examinados com o objetivo de identificar as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e os impactos relacionados à qualificação profissional, geração de renda e inserção social das participantes. A seleção dos documentos considerou sua relevância, consistência e pertinência em relação aos objetivos do estudo.

A seleção dos documentos observou critérios de relevância temática, atualidade, confiabilidade institucional e aderência aos objetivos da pesquisa, priorizando materiais que apresentassem informações consistentes sobre a implementação, os resultados e os impactos do projeto.

Para a organização e interpretação dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo, permitindo a sistematização das informações e a identificação de categorias temáticas relacionadas à autonomia econômica, inclusão social e acesso a direitos. Esse procedimento possibilitou articular os dados empíricos com o referencial teórico, promovendo uma análise integrada e consistente.

Para a análise da efetividade do projeto, foram considerados indicadores qualitativos extraídos dos documentos institucionais, tais como: participação em atividades de qualificação profissional, inserção em atividades produtivas formais ou informais, geração de renda própria e ampliação do acesso a serviços e direitos sociais. Esses indicadores foram analisados de forma interpretativa, a partir das categorias temáticas identificadas na análise de conteúdo.

Ressalte-se que, por se tratar de pesquisa baseada em fontes secundárias e documentos institucionais de acesso público, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa. Ainda assim, foram observados os princípios de rigor acadêmico, transparência metodológica e fidedignidade na interpretação dos dados.

Cumpre destacar que a pesquisa apresenta limitações inerentes à utilização predominante de fontes secundárias e documentos institucionais vinculados ao próprio projeto analisado. Essa opção metodológica pode implicar a presença de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

vieses institucionais e restringir a diversidade de perspectivas sobre os resultados apresentados. Ademais, a ausência de triangulação com fontes independentes e de coleta de dados primários, como entrevistas com as participantes, limita a apreensão de percepções subjetivas e experiências individuais.

Essas limitações impactam diretamente a interpretação dos resultados, uma vez que a análise se concentra nos aspectos institucionais da iniciativa, não permitindo aferir com precisão a extensão dos efeitos do projeto na vida das participantes ao longo do tempo.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado mostrou-se adequado para atender aos objetivos do estudo, ao permitir uma análise qualificada da efetividade do Projeto “Mujeres Fuertes”, considerando suas contribuições no campo da autonomia econômica e da inclusão social de mulheres migrantes venezuelanas.

3 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS, ALCANCE E SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

O Projeto “Mujeres Fuertes” insere-se no contexto das políticas e iniciativas voltadas à promoção da autonomia econômica e da inclusão social de mulheres migrantes venezuelanas no Brasil. Sua atuação dialoga com uma realidade marcada por vulnerabilidades estruturais que incidem de forma mais intensa sobre mulheres, especialmente no que se refere ao acesso ao trabalho formal, à geração de renda e à efetivação de direitos sociais.

Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), indicam avanços importantes na integração de pessoas venezuelanas interiorizadas de forma voluntária a partir de Boa Vista desde abril de 2018. Mais de 150 mil pessoas foram realocadas para mais de 1.100 cidades brasileiras. Como resultado, destaca-se o aumento de 12% no rendimento médio mensal individual e de 8% no rendimento domiciliar per capita. Ao mesmo tempo, os dados indicam que mulheres migrantes enfrentam maiores barreiras de inserção no mercado de trabalho, frequentemente sendo direcionadas a ocupações informais, com baixa remuneração e pouca proteção social (ACNUR, 2025).

No âmbito institucional brasileiro, o Ministério Público do Trabalho da 11ª Região (MPT-AM/RR) tem atuado na promoção de iniciativas voltadas à inclusão

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

produtiva de populações vulneráveis. Relatórios institucionais do MPT apontam que programas de qualificação profissional voltados a migrantes contribuem diretamente para o aumento das possibilidades de inserção laboral e geração de renda, especialmente quando articulados com redes de proteção social e organismos internacionais (MPT-AM/RR, 2022).

Nesse contexto, o Projeto “Mujeres Fuertes” apresenta impactos relevantes ao oferecer formação profissional direcionada e apoio à geração de renda, favorecendo o desenvolvimento de competências e o fortalecimento da autonomia das participantes. A qualificação profissional promovida pelo projeto amplia o acesso a oportunidades no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para a redução da dependência econômica e para a construção de trajetórias mais estáveis.

Além dos efeitos diretos sobre a renda, o projeto exerce papel significativo na promoção da inclusão social. A inserção produtiva das participantes está associada ao acesso a direitos básicos, como documentação, serviços públicos e redes de apoio institucional.

Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações, em Roraima, 13 abrigos temporários acomodam cerca de 6.900 refugiados e migrantes venezuelanos. Aqueles que vivem fora dos abrigos, em razão do número limitado de vagas, recebem apoio por meio de auxílio para pagamento de aluguel, distribuição de alimentos e transferência de assistência financeira emergencial (OIM, 2019).

A estratégia de interiorização já envolve 50 municípios em 17 estados brasileiros. Desde 2017, mais de 240 mil venezuelanos ingressaram no país, sendo que parte significativa já deixou o território nacional. Ao cruzar a fronteira, os migrantes são identificados, vacinados e registrados. Aproximadamente 160 mil foram regularizados, seja por solicitação de refúgio (59%), seja por residência temporária (41%) (OIM, 2019).

O alcance do Projeto “Mujeres Fuertes” pode ser observado não apenas pelo número de mulheres atendidas, mas também pela diversidade de ações desenvolvidas, que incluem formação técnica, orientação para inserção no mercado de trabalho e incentivo ao empreendedorismo. Essa abordagem integrada contribui para a construção de soluções mais duradouras, alinhadas às necessidades

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

específicas das mulheres migrantes.

No que se refere à sustentabilidade, o projeto apresenta características que favorecem sua continuidade e expansão. A atuação em parceria com instituições públicas e organismos internacionais fortalece sua capacidade de implementação e amplia seu impacto social. A cooperação com o ACNUR e o MPT possibilita a mobilização de recursos, conhecimento técnico e articulação institucional, elementos fundamentais para a manutenção de iniciativas dessa natureza.

Ademais, o projeto alinha-se a diretrizes internacionais de promoção do trabalho digno e da igualdade de gênero, como aquelas estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece a importância da inclusão econômica de mulheres migrantes como fator essencial para o desenvolvimento social e a redução de desigualdades (OIT, 2021).

Dessa forma, observa-se que o Projeto “Mujeres Fuertes” apresenta impactos positivos tanto no plano individual quanto no coletivo, ao promover autonomia econômica, inclusão social e acesso a direitos.

Assim, sua estrutura colaborativa e seu enfoque integrado reforçam seu potencial como modelo replicável em outras regiões e contextos migratórios, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção e à promoção de direitos de mulheres migrantes.

3.1 AUTONOMIA ECONÔMICA, GÊNERO E MIGRAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E SOCIOJURÍDICOS

A análise da autonomia econômica de mulheres migrantes demanda uma abordagem interdisciplinar que articule contribuições do Direito e da Sociologia, especialmente no que se refere às categorias de gênero, migração e desigualdades estruturais.

A autonomia econômica, nesse contexto, deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que envolve não apenas a capacidade de geração de renda, mas também o acesso a direitos, a participação social e a possibilidade de tomada de decisões sobre a própria vida.

No campo sociológico, o conceito de gênero como categoria analítica,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

desenvolvido por Joan Scott, permite compreender as relações de poder que estruturam as desigualdades sociais e econômicas. Para a autora, o gênero constitui um elemento fundamental de organização das relações sociais, influenciando diretamente o acesso a oportunidades e recursos (Scott, 1995). No contexto migratório, tais desigualdades são intensificadas, uma vez que as mulheres enfrentam simultaneamente barreiras relacionadas ao gênero e à condição migratória.

A literatura sobre migração internacional também evidencia a inserção desigual de mulheres no mercado de trabalho. Saskia Sassen destaca que a globalização tem produzido novas formas de mobilidade laboral, nas quais mulheres migrantes tendem a ocupar posições precarizadas, frequentemente associadas ao trabalho informal e mal remunerado (Sassen, 2003). Essa dinâmica reforça a necessidade de políticas que promovam a inclusão produtiva em condições dignas.

No contexto brasileiro, estudos de Rosana Baeninger apontam que a migração venezuelana recente apresenta características marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica e pela necessidade de integração rápida ao mercado de trabalho, o que intensifica os desafios enfrentados por mulheres migrantes (Baeninger, 2018). Tais elementos reforçam a importância de iniciativas que articulem proteção social e inserção econômica.

A compreensão das experiências migratórias também é aprofundada pelas contribuições de Abdelmalek Sayad, que analisa a migração como um “fato social total”, no qual dimensões econômicas, políticas e simbólicas estão interligadas (Sayad, 1998). Essa perspectiva permite compreender que a inserção econômica de migrantes não pode ser dissociada de seu reconhecimento social e jurídico.

No campo jurídico, a proteção de mulheres migrantes encontra fundamento em normas nacionais e internacionais de direitos humanos. Conforme sustenta Flávia Piovesan, a centralidade da dignidade da pessoa humana orienta a interpretação e a aplicação dos direitos fundamentais, exigindo a adoção de medidas específicas para a proteção de grupos vulneráveis (Piovesan, 2017). A Lei nº 13.445/2017, ao reconhecer o migrante como sujeito de direitos, reforça esse compromisso normativo.

A abordagem da interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

contribui para compreender como diferentes formas de desigualdade se sobrepõem e produzem experiências específicas de exclusão (Crenshaw, 2002). No caso das mulheres migrantes, a interação entre gênero, nacionalidade e condição socioeconômica exige respostas institucionais que considerem tais múltiplas dimensões.

Adicionalmente, a teoria do capital social, desenvolvida por Pierre Bourdieu, permite compreender a importância das redes de apoio e das relações sociais na inserção econômica de indivíduos. Para o autor, o acesso a recursos sociais e simbólicos influencia diretamente as oportunidades disponíveis, o que se mostra particularmente relevante para migrantes em processo de integração (Bourdieu, 1986).

Diante desse conjunto teórico, observa-se que a promoção da autonomia econômica de mulheres migrantes exige abordagens integradas que articulem inclusão produtiva, acesso a direitos e fortalecimento de redes sociais.

Nesse sentido, iniciativas como o Projeto “Mujeres Fuertes” dialogam diretamente com esses referenciais, ao propor estratégias que buscam enfrentar desigualdades estruturais e ampliar as possibilidades de inserção social e econômica.

Assim, a autonomia econômica revela-se como elemento central para a efetivação de direitos e para a construção de trajetórias mais dignas, exigindo a atuação coordenada entre políticas públicas, instituições e sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Projeto “Mujeres Fuertes”, à luz do referencial teórico adotado e dos dados institucionais examinados, permite compreender seus resultados como expressão de estratégias voltadas à promoção da autonomia econômica e da inclusão social de mulheres migrantes venezuelanas.

A articulação entre qualificação profissional, geração de renda e acesso a direitos indica a relevância de abordagens integradas no enfrentamento das desigualdades que marcam a experiência migratória feminina.

Os dados analisados sugerem que a qualificação profissional ofertada pelo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

projeto contribui para o fortalecimento das capacidades individuais das participantes, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Esse aspecto dialoga com a literatura sociojurídica, que reconhece a capacitação como elemento relevante para a superação de barreiras estruturais relacionadas ao gênero e à condição migratória.

Ao promover o desenvolvimento de competências técnicas e práticas, o projeto favorece não apenas a inserção produtiva, mas também a construção de trajetórias mais autônomas e sustentáveis.

No campo da geração de renda, observa-se que as ações desenvolvidas pelo projeto estimulam tanto a inserção em atividades produtivas quanto o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras. Essa diversificação de estratégias mostra-se particularmente relevante diante das limitações impostas pelo mercado de trabalho às mulheres migrantes, frequentemente concentradas em ocupações informais.

A possibilidade de geração de renda própria contribui para a redução da dependência econômica e para o fortalecimento da capacidade de tomada de decisão, aspectos diretamente relacionados à autonomia econômica.

A dimensão da inclusão social também se apresenta como um resultado relevante. A participação no projeto favorece o acesso a redes institucionais, serviços públicos e informações sobre direitos, elementos essenciais para a integração das migrantes na sociedade brasileira.

Esse processo de inserção social não se restringe ao âmbito econômico, mas envolve o reconhecimento das participantes como sujeitas de direitos, em consonância com os princípios estabelecidos pela legislação migratória brasileira e por diretrizes internacionais de proteção aos migrantes.

A análise dos dados institucionais disponíveis permite observar que os resultados do projeto se inserem em uma dinâmica mais ampla de inserção socioeconômica de migrantes venezuelanos no Brasil.

Informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) indicam que processos de interiorização e qualificação profissional têm contribuído para o aumento da renda média e para a ampliação das oportunidades

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

de inserção produtiva, ainda que de forma desigual entre homens e mulheres. No caso específico das mulheres migrantes, os dados apontam maior concentração em atividades informais e de menor remuneração, o que evidencia limites estruturais à consolidação da autonomia econômica.

Nesse sentido, os resultados observados no Projeto “Mujeres Fuertes” refletem tendências mais amplas, nas quais a qualificação profissional se mostra relevante, mas insuficiente, quando não acompanhada de políticas estruturais de inclusão no mercado formal de trabalho.

A discussão dos resultados indica que iniciativas como o Projeto “Mujeres Fuertes” atuam de forma complementar às políticas públicas, contribuindo para suprir lacunas na proteção e na promoção de direitos de populações em situação de vulnerabilidade.

A análise do Projeto “Mujeres Fuertes” pode ser mais bem compreendida quando situada no contexto mais amplo de iniciativas voltadas à inclusão socioeconômica de migrantes no Brasil e em outros países da América Latina. Programas como a estratégia de interiorização no âmbito da Operação Acolhida, bem como ações desenvolvidas com apoio de organismos internacionais, têm buscado promover a inserção produtiva de migrantes por meio de capacitação profissional e articulação com o mercado de trabalho.

Estudos sobre essas iniciativas indicam que, embora haja avanços na ampliação do acesso a oportunidades, persistem desafios relacionados à informalidade laboral, à baixa remuneração e à dificuldade de permanência em empregos formais.

Com efeito, os resultados observados no Projeto “Mujeres Fuertes” apresentam características convergentes com esse conjunto de experiências, não se configurando como fenômeno isolado, mas como parte de um esforço mais amplo de promoção da inclusão socioeconômica de populações migrantes.

Esses elementos reforçam a necessidade de compreender essas iniciativas de forma integrada, considerando os limites estruturais comuns aos programas de inclusão produtiva em contextos migratórios.

A atuação em rede, envolvendo sociedade civil, instituições públicas e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

organismos internacionais, configura-se como fator relevante para a efetividade das ações desenvolvidas, ao possibilitar maior capilaridade e articulação institucional.

Adicionalmente, observa-se que o projeto contribui para a ressignificação das trajetórias das mulheres participantes, ao promover não apenas a inserção econômica, mas também o fortalecimento de sua autonomia, autoestima e participação social. Esse aspecto reforça a compreensão de que o empoderamento econômico deve ser analisado de forma ampliada, considerando suas dimensões sociais e subjetivas.

A literatura sobre programas de inclusão produtiva voltados a populações migrantes aponta que iniciativas dessa natureza, embora relevantes, enfrentam limites estruturais relacionados à informalidade do mercado de trabalho, à segmentação ocupacional e à dificuldade de acesso a empregos formais e estáveis.

Nesse contexto, mulheres migrantes tendem a permanecer concentradas em atividades de baixa remuneração e reduzida proteção social, o que pode restringir os efeitos de longo prazo de ações baseadas exclusivamente em qualificação profissional. Tais aspectos indicam que a promoção da autonomia econômica depende não apenas de iniciativas pontuais, mas também de transformações mais amplas nas estruturas econômicas e institucionais.

Não obstante os avanços observados, é importante considerar os limites e desafios que permeiam a implementação de iniciativas dessa natureza. Entre eles, destacam-se as restrições estruturais relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho formal, a persistência de barreiras linguísticas e culturais, bem como a dependência de articulações institucionais para a continuidade das ações. Ademais, a inserção produtiva das participantes ocorre, em muitos casos, em contextos marcados pela informalidade e pela instabilidade ocupacional, o que pode limitar a consolidação de trajetórias econômicas sustentáveis.

Além disso, a ausência de acompanhamento longitudinal das participantes dificulta a avaliação dos impactos a longo prazo, especialmente no que se refere à permanência no mercado de trabalho e à evolução da renda.

A análise da efetividade baseia-se predominantemente em indicadores qualitativos extraídos de documentos institucionais, o que restringe a mensuração

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

precisa dos resultados. Soma-se a isso o fato de que os dados analisados são provenientes, em grande medida, de relatórios vinculados ao próprio projeto, o que pode influenciar a construção de uma narrativa predominantemente positiva, na ausência de triangulação com fontes independentes ou de dados primários, como entrevistas com as participantes.

Nesse contexto, as conclusões do presente estudo devem ser interpretadas com cautela, uma vez que se baseiam em evidências qualitativas e em dados institucionais que não permitem generalizações amplas.

A ausência de indicadores quantitativos sistematizados e de acompanhamento longitudinal das participantes limita a capacidade de mensurar, de forma mais precisa, os impactos do projeto em termos de estabilidade econômica e mobilidade social.

Por fim, a análise permite identificar o potencial de replicabilidade do modelo adotado, desde que consideradas as especificidades locais e as necessidades das populações atendidas.

A consolidação de iniciativas dessa natureza demanda continuidade institucional, investimento em políticas públicas e fortalecimento de parcerias interinstitucionais, de modo a ampliar seu alcance e aprofundar seus impactos sociais.

Assim, os resultados discutidos indicam que o Projeto “Mujeres Fuertes” configura-se como uma estratégia relevante de promoção da autonomia econômica e da inclusão social de mulheres migrantes venezuelanas, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de processos mais inclusivos de desenvolvimento social, ainda que seus impactos devam ser analisados com cautela diante das limitações metodológicas identificadas.

Nesse sentido, os achados apresentados refletem tendências observadas no âmbito do projeto analisado, não devendo ser generalizados para outros contextos sem a devida consideração de variáveis institucionais e territoriais específicas. Adicionalmente, recomenda-se que futuras investigações considerem abordagens comparativas e a incorporação de dados empíricos diversificados para ampliar a robustez analítica.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a efetividade do Projeto “Mujeres Fuertes” como instrumento de promoção da autonomia econômica e da inclusão social de mulheres migrantes venezuelanas no Brasil, situando-o no âmbito das discussões jurídicas e sociológicas sobre migração, gênero e acesso a direitos.

A partir da abordagem qualitativa adotada, foi possível compreender o projeto como uma iniciativa que articula, de forma consistente, qualificação profissional, geração de renda e integração social, contribuindo para o fortalecimento das capacidades individuais das participantes.

A análise desenvolvida permite afirmar que o projeto se alinha aos princípios estabelecidos pela legislação migratória brasileira, especialmente no que se refere ao reconhecimento do migrante como sujeito de direitos e à promoção da não discriminação.

Nesse sentido, a iniciativa ultrapassa a dimensão assistencial, ao incorporar uma perspectiva de inclusão produtiva e de promoção da dignidade humana, elementos centrais no campo do Direito e das políticas públicas contemporâneas.

Observa-se que a autonomia econômica das mulheres migrantes não se limita ao acesso à renda, mas envolve a ampliação de suas possibilidades de escolha, a participação social e o acesso a direitos fundamentais. O Projeto “Mujeres Fuertes” contribui para esse processo ao oferecer condições concretas para a inserção produtiva e ao favorecer a construção de trajetórias mais estáveis e autônomas.

Essa dinâmica revela a importância de iniciativas que considerem as especificidades de gênero no contexto migratório, reconhecendo as múltiplas dimensões da vulnerabilidade que afetam esse grupo.

Do ponto de vista institucional, destaca-se a relevância da atuação articulada entre sociedade, órgãos públicos e organismos internacionais por meio de cooperação que amplia a capacidade de implementação de ações, fortalecendo a proteção social e contribuindo para a consolidação de estratégias mais eficazes de inclusão socioeconômica.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

A experiência analisada demonstra que a atuação em rede constitui um elemento fundamental para a promoção de direitos e para o enfrentamento das desigualdades que incidem sobre populações migrantes.

Além disso, o projeto apresenta potencial de replicabilidade, desde que observadas as particularidades locais e assegurados os recursos necessários à sua continuidade.

A expansão de iniciativas dessa natureza pode contribuir para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à inclusão de migrantes, especialmente no que se refere à promoção do trabalho digno e à redução de desigualdades de gênero.

Importante ressaltar que o fortalecimento da autonomia econômica de mulheres migrantes constitui não apenas uma estratégia de inclusão social, mas também um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a valorização dessas iniciativas e o investimento em políticas estruturadas são fundamentais para assegurar a efetivação de direitos e para promover processos de desenvolvimento social mais amplos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R (org.). **Migração venezuelana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018.

BOURDIEU, P. **As formas de capital**. CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 mai. 2017.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho da 11ª Região. **Relatórios institucionais sobre ações de inclusão de migrantes e combate ao trabalho precário**. Manaus/Boa Vista: MPT-AM/RR, 2022. Disponível em: https://www.prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/1761-mpt-participa-da-inauguracao-da-cozinha-de-apoio-do-projeto-mujeres-fuertes. Acesso em: 21 mar. 2026.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/t1n1r553
Pages: 1-18

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Pesquisa aponta que mulheres venezuelanas enfrentam mais dificuldade de integração socioeconômica no Brasil do que homens**. Brasília: ACNUR, 2025. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/pesquisa-moverse-2025. Acesso em: 29 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Relatório sobre integração de migrantes e acesso ao mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: OIM, 2019. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/resposta-brasileira-aos-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-e-referencia-para-outros-governos. Acesso em: 21 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho decente e migração laboral: diretrizes para inclusão de migrantes**. Genebra: OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org. Acesso em: 21 mar. 2026.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SASSEN, S. **As cidades na economia global**. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.